

# A IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS (LIBRAS) NA COMUNIDADE DA ZONA RURAL

## THE IMPORTANCE OF THE DISSEMINATION OF SIGN LANGUAGE (LIBRAS) RURAL AREA COMMUNITY

Larissa Regina Miranda<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar A importância da divulgação da língua de sinais (LIBRAS) na comunidade da zona rural. A Língua de Sinais é uma língua viso espacial e se apresenta em uma modalidade diferente da língua oral, uma vez que utiliza a visão e o espaço, e não o canal oral- auditivo, ou seja, a fala. A Língua de Sinais faz uso de movimentos e expressões corporais e faciais que são percebidos pela visão. a educação na zona rural é considerada

uma pesquisa nova, quando as pessoas surdas que vivem na cidade rural que utilizava a língua natural como a aquisição da linguagem das imagens, formas, lugares, por exemplo. É elas que criam a língua sinais próprio na cidade rural, por isso, acontecem as outras pessoas não conseguem comunicar direito com os outros por causa a língua de sinais diferente. Os instrutores ou professores conseguem perceber e tem que aceitar o respeito a da língua de sinais usada pelos surdos que

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Letras Libras – IFNMG

vivem no campo. Para a construção desta pesquisa foram utilizados documentos institucionais, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e vídeos disponíveis na internet sobre a importância da língua de sinais na comunidade da zona rural. A metodologia adotada se baseia em uma pesquisa de campo e da análise dos dados levantados, que foram coletados através da entrevista realizada pela plataforma zoom com uma adolescente morador de zona rural, sem conhecimento, até então, da libras ou do português escrito. É necessário ter consciência da importância da divulgação da língua de sinais na zona rural, pois oportuniza a possibilidade de trocarem informações na sua própria língua com a comunidade e para que assumam a sua identidade como sujeito surdo que tem seu próprio jeito de se

comunicar, interagir, perceber e conhecer o mundo.

**Palavras-chave:** Libras. Divulgação. Zona Rural.

**Abstract:** This article aims to present the importance of the dissemination of sign language (libras) in the rural community. sign language is a spatial visio language and is presented in a different modality of the oral language, since it uses vision and space, and not the oral-auditory canal, that is, speech. sign language makes use of body and facial movements and expressions that are perceived by vision. Education in the rural area is considered a new research, when deaf people living in the rural city who used the natural language as the acquisition of the language of images, forms, places, for example. It is they who

create their own sign language in the rural town, so other people are unable to communicate right with others because of different sign language. instructors or teachers can perceive and have to accept respect for sign language used by deaf people living in the countryside. For the construction of this research, we used institutional documents, scientific articles, master's dissertations, doctoral theses and videos available on the Internet about the importance of sign language in the rural community. The methodology adopted is based on a field research and analysis of the data collected, which were collected through the interview conducted by the zoom platform with a teenage resident of rural areas, without knowledge, until then, of the pounds or Portuguese writing. It is necessary to be aware of the importance of the

dissemination of sign language in the rural area, because it provides opportunities for the possibility of exchanging information in their own language with the community and for them to take on their identity as a deaf subject who has his own way of communicating, interacting, perceiving and knowing the world.

**Keywords:** Pounds. Disclosure. Countryside.

## INTRODUÇÃO

A linguagem é parte integrante no desenvolvimento do ser humano. A falta dela tem graves consequências para o indivíduo no que se refere ao seu desenvolvimento emocional, social e intelectual. A pesquisa tem como objetivo geral conscientizar as comunidades surdas e ouvintes a reconhecerem a respeito

e empatia da Língua de sinais dos usuários do campo. Tem como objetivos específicos: Registrar o sinaleiro em Libras do campo, conscientizar as pessoas entenderem os sinais próprios do campo e Surdos e ouvintes precisam entender os sinais próprios do campo é natural e não ter obrigatório de mudar como padrão.

A importância dessa entrevista se deu através de verificar como os surdos vivem no campo sem o conhecimento da Libras, pois as sociedades têm muito desprezo da língua de sinais como natural, isso acontece porque as pessoas não conhecem e não entendem a respeito que eles vivem no campo. Se fosse aceitarem a interação, os surdos vão aprendendo cada vez mais e desenvolvem bastantes, mas não precisa preocupar por causa a identidade pessoa que é campo ou não é possível interagir como

troca em aprendizados.

A pesquisa tem como problemática a falta de interprete, e não ter as informações do conhecimento para as comunidades surdas, porém também a maioria a família dos ouvintes não conhece a cultura surda que utilizam a língua é Libras como natural que se surgiu os sinais. As sociedades têm preconceitos e desprezos com surdos, por isso eles ficam tristes e agoniados pois isso significa os surdos da zona rural não tem capacidades.

A maioria os surdos têm muito barreiras, como, família não incentivam para desenvolver as aprendizagens, também os outros surdos e ouvintes como intérpretes não aceitam a língua de sinais como surgiu natural próprio do campo e parecido ser obrigatório como a Libras padrão, isso é problema que podem acontecer depressão, não quer

sair de casa e prefere escondidos, medo ter contatos com as pessoas, entre outros.

A pesquisa se desenvolve em três capítulos. No primeiro capítulo é Introdução. No segundo se aborda um breve contexto histórico da Língua de Sinais depois foi feita a revisão de literatura onde se aborda quem são os surdos? Trazendo uma referência sobre a identidade e Linguagem e posteriormente fala sobre os fatores favoráveis e desfavoráveis ao processo de apropriação da Língua de Sinais. No terceiro capítulo, foram descritos os procedimentos metodológicos onde apresenta-se o desenvolvimento da pesquisa de campo e da análise dos dados levantados, que foram coletados através da entrevista realizada com a adolescente surda trazendo as discussões realizadas no segundo capítulos em interface com os resultados obti-

dos. O quarto e último capítulo as considerações finais. É valido ressaltar que a pertinência deste trabalho é que o mesmo sirva de pesquisa e auxílio para os educadores que possuem interesse no tema.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

### **BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA LÍNGUA DE SINAIS**

Não existem relatos específicos sobre a origem da Língua de Sinais, porém durante a antiguidade pensava-se que os surdos não fossem educáveis, ou que fossem imbecis. Os poucos textos encontrados referem-se prioritariamente a relatos de curas milagrosas ou inexplicáveis (Moore 1978). Destaca-se o início de seu uso no ano de 1760 na cidade de Paris na França,

onde o abade L'Epée de aproximadamente sessenta anos fundou a primeira escola pública para surdos. No entanto só na década de 1960, foram realizadas pesquisas na área da Linguística que confirmaram as línguas de sinais como sistemas linguísticos complexos, os quais são responsáveis pelo desenvolvimento sociocognitivo dos surdos que pôde ser conferido às línguas de modalidade visuoespacial (QUADROS, 1997, p. 46).

Perlin (2002) destaca que a partir da fundação da primeira escola pública para surdos iniciou-se a multiplicação de profissionais surdos e ouvintes que se espalharam pelo mundo disseminando o uso da Língua de Sinais, foram criadas várias outras escolas, onde além do uso das Línguas de Sinais nacionais, exploravam-se novos recursos na educação dos surdos. É im-

portante ressaltar que nem sempre houve a aceitação pelo uso da Língua de Sinais, que muitas foram às tentativas em torno da discussão sobre como educar os surdos.

As línguas de sinais foram se tornando cada vez mais estruturados e com eles foram surgindo também alternativas educacionais orientadas para uma educação bilíngue. Essa proposta defende a ideia de que a língua de sinais é a língua natural dos surdos, que, mesmo sem ouvir, podem desenvolver plenamente uma língua visogestual. Certos estudos (Bouvet 1990) mostram que as línguas de sinais são adquiridas pelos surdos com naturalidade e rapidez, possibilitando o acesso a uma linguagem que permite uma comunicação eficiente e completa como aquela desenvolvida por sujeitos ouvintes.

As línguas de sinais, ao contrário do que se pensa, não são universais, pois existem várias, pois no Brasil a Língua de Sinais ganhou espaço a partir de 1857 quando Eduard Huet, um francês que ficou surdo aos doze anos veio ao país a convite de D. Pedro II para fundar a primeira escola para meninos surdos primeiramente chamada Imperial Instituto de Surdos Mudos, atual INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos).

Gesser (2009) nos lembra que nenhuma língua é universal, dada às suas particularidades e especificidades motivadas por fatores sociais, geográficos e culturais. Adjuto (2001) responde a essa questão com o seguinte argumento:

Como as línguas de sinais não são pura transposição da língua oral para a modalidade gestual-visual,

a língua de sinais usada na Inglaterra não é a mesma que a usada nos Estados Unidos, embora a língua oral de ambos os países seja comum; de igual modo, a língua brasileira de sinais é diferente da Língua Portuguesa de Sinais (LPS).

Portanto se observa concretamente as transformações que ocorrem constantemente nas Língua de Sinais dentro de uma mesma região ou entre regiões. Esse é um fenômeno linguístico recorrente em qualquer língua. Os sinais sofrem um processo de modificação de suas formas e significados, passando pela “distorção ou distanciamento”, culminando na “perda do referencial” que o motivou, a ponto de ocorrer uma “incongruência entre a forma do sinal e o seu significado básico, perdendo-se, en-

tão, a iconicidade” (QUADROS, 1997, p. 47).

### QUEM SÃO OS SURDOS?

O surdo se constitui dentro de um espaço social onde se vê como parte diferente do mesmo. Esse espaço social, que vamos chamar de cultura ouvinte, criou, historicamente, um estereótipo de incapacidade, de deficiência, para o surdo. (PERLIN, 1998, p. 53).

O povo surdo é grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, o povo surdo tem uma cultura, que é “um conjunto de comportamentos aprendidos de regras de comportamento e tradições” (PADDEN, 1989, p.5). O estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, faz com que as pessoas se oponham,

às vezes disfarçadamente, e evite a construção da identidade surda, cuja representação é o estereótipo da sua composição distorcida e inadequada (PERLIN, 1998, p. 54).

Para Ciccone (1990, p. 20), “o surdo é mais do que simplesmente um sujeito que não pode ouvir”. Ele apreende o mundo pelas vivências e experiências visuais, utiliza uma língua visoespacial, capta as informações através da integridade sensorial que possui e se expressa pelas mãos ao usar a língua de sinais. (FELIPE, 2003; COELHO, CABRAL, GOMES, 2004; MACHADO, 2008). A surdez não consiste somente em uma deficiência, mas, sim, em algo mais complexo, pois consequências da condição da surdez podem fazer com que a pessoa surda não consiga se comunicar com a sociedade, o que causa isolamento e



discriminação como os mesmos.

A pessoa surda muitas vezes transita entre essas duas culturas, a surda e a ouvinte; no entanto, sua identidade se constitui com a consciência de ser diferente por necessitar de recursos completamente visuais. Essa oscilação entre os surdos e os ouvintes faz com que o sujeito surdo constitua, por vezes, sua identidade de forma fragmentada. Skliar (1998, p. 66) chama esse processo de identidade fluante, onde o sujeito surdo está construindo sua identidade com fragmentos das múltiplas identidades de nosso tempo, não centradas, mas sem um elemento integrador como a linguagem e sua capacidade de significação.

Já a comunidade surda, não é composta apenas de surdos, também fazem parte sujeitos ouvintes como pessoas da família, amigos, intérpretes, professores

e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização. Para Padden (1989), uma comunidade é um conjunto de pessoas que interage coletivamente, em um território comum, portanto, não são culturalmente surdos. Já o povo surdo é constituído por membros como os mesmos traços culturais. Os estudos culturalistas sobre surdez elegeram a língua de sinais como fator primordial da cultura surda, estabelecendo, assim, as fronteiras políticas do movimento cultural dos surdos (SILVA, 1999; STROBEL, 2008).

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), vem se transformando em relação à inclusão de modo geral, propondo a educação para todos. Do mesmo modo a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), enquanto documento oficial na educação reserva um capítulo

próprio para a educação especial no qual os surdos estão garantidos. A partir da Declaração de Salamanca em 1994 (UNESCO, 1994), o Brasil dá início de fato a busca de educação e ação inclusiva, ainda que os autores acima citados venham destacar a desconstrução das políticas.

Diante de tantas lutas a Libras foi oficializada e aprovada na forma do decreto n.5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a lei n.10.436/02, de 24 de abril de 2002. (Brasil, 2002). Assim a Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira.

A aprovação da lei que garante o acesso no ensino de Libras, formação de instrutores, intérpretes e a presença de intérpretes nos locais públicos. O impacto dessa acessibilidade conduz a inserção da Libras

para além das relações cotidianas entre as pessoas surdas e as ouvintes. Diante disto nota-se ainda tímidas mudanças e aguardam-se o cumprimento da lei e sua repercussão nas políticas de saúde, educação, trabalho, esporte, lazer, turismo e nos meios de comunicação (FELIPE, 2003).

O decreto n.5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Libras como língua da população surda brasileira, estabelece, no art. 25:

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde – SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ... devem garantir, prioritariamente ..., atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis

de complexidade, efetivando. (BRASIL, 2005).

A população surda constitui grupo e inclui pessoas que têm vários graus de perda auditiva, portanto utiliza vários meios de se comunicar e pertencem a diferentes culturas. A cultura é “onde se define não apenas a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser, sendo, portanto, um campo de lutas em torno da significação do social” (Silva, 1999, p.143). Sendo assim a comunidade surda usa a língua de sinais como primeiro meio de comunicação e constitui-se em um grupo com características linguísticas peculiares, com cultura, normas sociais e identidade própria.

## IDENTIDADE E LINGUA-

## GEM

A identidade implica o processo de consciência de si próprio, sendo que esta ocorre por meio de relações intersubjetivas, de comunicações linguísticas e experiências sociais, tornando-se um processo ativo (Doron e Parot, 2001). Tendo como conceito de identidade cultural um conjunto de características que definem um grupo e que incidem na construção do sujeito, sejam elas as que identificam ou as que excluem (Perlin, 1998, p. 53), o surdo se constitui dentro de um espaço social onde se vê como parte diferente do mesmo.

Skliar (1998, p. 66) chama esse processo de identidade flutuante, onde o surdo não está a serviço da comunidade ouvinte por falta de comunicação e nem a serviço da comunidade surda por falta da língua dos sinais. Diante

disto, a identidade, em uma perspectiva social, é realizada no espaço das relações, tratando-se de um processo dinâmico, ou seja, [...] um processo contínuo de construção e desconstrução, na ambiguidade presente e inevitável que a compõe, implicando um trabalho de unificação de diversidade, incorporando a diferença” (MAHEIRIE, 1994, p. 65).

Segundo Silva (2000, p.80), a característica da linguagem tem consequências importantes para a questão da diferença e da identidade cultural. Assim a diferença primordial dos surdos permeia a questão da linguagem, pode-se perceber o quanto a constituição da identidade é marcada por essa dimensão linguística.

Portanto, torna-se fundamental compreender as relações culturais e sociais que constituem a identidade das pes-

soas. De acordo com Guareschi (2000, p. 111). Dentro do cenário econômico, político e cultural, o processo de construção de identidades sociais e culturais vem sofrendo uma série de conflitos, principalmente por parte dos grupos com identidades não reconhecidas socialmente, isto é, identidades discriminadas, marginalizadas ou oprimidas por setores dominantes ou elitizados da sociedade.

A pessoa surda não é diferente o que muda é que a linguagem deixa de ser sustentada em fonemas, letras, palavras, enfim, em sons, e passa a se sustentar em sinais imagéticos, que são signos lingüísticos para os surdos da mesma forma que as palavras são para os ouvintes. Sacks (1998), inclusive, em seu livro sobre surdez, propõe um trocadilho com a condição ouvinte e intitula seu livro “Vendo Vozes”. Através

da linguagem que nos diferencia-  
mos dos outros animais e tam-  
bém assumimos a condição de  
Seres Humanos, já que é a forma  
principal de expressão de pensa-  
mentos e o instrumento psicoló-  
gico essencial à constituição das  
funções psicológicas superiores  
(VYGOTSKI, 1998).

Por meio de seus estu-  
dos, testemunharam a Língua  
Brasileira de Sinais como uma  
língua natural, possuidora de  
seus princípios, onde há esco-  
lhas de parâmetros que estão  
condicionados ao tempo, ao lu-  
gar, à posição, o que a torna in-  
dubitavelmente, heterogênea e  
multidialetoal. (Segala; Bernieri,  
2009). Desse modo, para a socio-  
linguística, não existe língua fora  
do contexto social e toda língua  
é um conjunto de variedades;  
língua é um sistema constituí-  
do de heterogeneidade ordenada  
em que fatores linguísticos e ex-

tralinguísticos funcionam como  
condicionadores da variação e da  
mudança.

Nessa perspectiva a lín-  
gua não pode ser analisada sepa-  
rada dos seus contextos de usos  
e, conseqüentemente, de seus fa-  
lantes. Considerando que não há  
língua com apenas um falante, as  
línguas devem ser analisadas no  
contexto social em que falantes  
de diferentes idades, origem so-  
cial, etnia, graus de escolaridade,  
sexo e gênero interagem. A gra-  
mática não é produto acabado e  
fechado que esses falantes devem  
aprender. A gramática é constru-  
ída justamente por esses falantes  
em situações de interação em que  
sentidos são negociados. Portan-  
to, a história interna de uma lín-  
gua não se desvincula da sua his-  
tória externa, ou seja, da história  
de seus falantes. (RODRIGUES  
E SILVA, 2017).

Vale ressaltar que grande parte dos sinais revelam “forte motivação icônica” (QUADROS, 1997, p. 47), ou seja, guardam relação de pertinência entre o significante e o significado, relação essa justificada pela “natureza do canal perceptual”, posto que a “articulação das unidades de substância gestual, denominada significante, permite a representação icônica de traços semânticos do referente, reconhecido como significado” (SALLES et al., 2004).

Portanto, na prática, os sinais, oriundos muitas vezes de motivação icônica, vão perdendo essa característica em virtude das 47 “pressões sistemáticas [...] da própria língua, em seu contexto histórico e cultural, restringindo “os seus itens lexicais”, resultando em ‘formas arbitrárias” (QUADROS, 1997, p. 47).

Diante disto os sinais sofrem um processo de modificação de suas formas e significados, passando pela “distorção ou distanciamento”, culminando na “perda do referencial” que o motivou, a ponto de ocorrer uma “incongruência entre a forma do sinal e o seu significado básico, perdendo-se, então, a iconicidade” (QUADROS, 1997, p. 47).

#### **FATORES FAVORÁVEIS E DESFAVORÁVEIS AO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS**

No processo de apropriação de qualquer língua, o fator determinante e favorável é a interação do sujeito com seu contexto sociolinguístico. É comum essa interação acontecer primeiro na família, e, conseqüentemente, na comunidade interiorana.

Inúmeras pesquisas voltadas para a área da apropriação da LS confirmam que os surdos, filhos de pais surdos, no processo de aquisição de línguas visuais, “adquirem as regras da gramática de forma similar às crianças adquirindo línguas faladas” (QUADROS, 2009, p. 143). Essa constatação corrobora que “a constituição da gramática da criança independe das variações das línguas e das modalidades em que as línguas se apresentam” (QUADROS, 2009, p. 143), dependendo de “a criança está exposta ao input adequado para a aquisição da linguagem acontecer de forma natural [...]” (QUADROS, 2009, p. 142).

Prevalendo a concepção patológica, arraigada no preconceito, muitas crianças surdas vão assumindo gradativamente o comportamento de uma criança ouvinte, afastando-se das raízes

linguísticas da língua de sinais e perdendo a ligação com os seus iguais. Dessa forma, muitas crianças, além de serem cerceadas da sua língua no ambiente familiar/comunitário, também são privadas, depois, no período escolar, de se apropriarem de sua língua natural, a Libras. Conforme ressalta Peixoto (2006, p. 207), “uma criança surda, ainda que exposta a interações por meio da língua oral, pouco ou nenhuma apropriação fará dessa língua majoritária, porque está numa modalidade incompatível com sua realidade sensorial”.

Quadros (2009) informa sobre a importância de se expor a criança surda a um input linguístico favorável na mais tenra idade, fato nem sempre possível para cidadãos surdos, filhos de pais ouvintes, morador de zona rural, visto que na aquisição da linguagem prever-se, segundo

Quadros (2009), a existência de um período crítico, o qual consiste na ativação das ligações neurossensoriais em consonância aos estímulos externos.

É importante salientar, que os chamados sinais caseiros têm sido vistos como altamente contributivos para o exercício da linguagem, nesse período crítico em que muitos sujeitos surdos ainda se ausentam do convívio com a LS. Porém, caso à criança seja negado o convívio com seus pares linguísticos por um período longo, os sinais caseiros ficam cada vez mais consolidados e quando exposta em idade tardia, é grande a dificuldade de substituir os sinais caseiros pelos sinais da própria língua.

Segundo Quadros, dados revelam que:

As crianças com aquisição tardia parecem não adquirir elementos mais

sofisticados da linguagem, enquanto que as crianças com aquisição precoce os adquirem. Assim, os dados apresentam evidências que indicam a existência de um período crítico para a aquisição da linguagem. O tempo de exposição à língua não é suficiente para recuperar o atraso no desenvolvimento da linguagem (QUADROS, 2009, p. 149-150).

Esse período crítico a que se refere Quadros (2009) pode ser considerado o período propício para a apropriação da linguagem, ou seja, quanto mais cedo e contínuo for esse contato, maiores possibilidades de domínio o surdo terá da Língua de Sinais, em toda a sua complexidade, nas suas estruturas morfológica, fonológica, sintática e



semântica.

O que se busca nesta pesquisa é estabelecer estratégias que o favoreçam a esse acesso da Língua de Sinais na comunidade interiorana, pois é de importância crucial e definitiva para a construção da identidade do sujeito surdo, ou seja, conduzir o surdo criança ou pré-adolescente, da comunidade interiorana, à apropriação de sua língua natural e, em seguida buscar levá-lo a se apropriar, também, da língua hegemônica e oficial de seu país.

## **METODOLOGIA**

Neste capítulo serão abordados os procedimentos metodológicos e análise. O tipo de pesquisa foi qualitativo, isto é, ao constatar-se a realidade estudada e os dados obtidos através da entrevista realizada com surda que viveu na zona rural e contar um

pouco sobre a sua vida, mas foi utilizado o aplicativo zoom para coletar os sinais naturais próprios que surgiu para facilitar a comunicação dos surdos no campo. De acordo com Coraíni (2005), a pesquisa qualitativa ocorre quando os fenômenos estudados tratam de situações cuja manifestação encontra-se restrita a determinado contexto.

## **ANÁLISE COLETA DE DADOS**

Para Gomes (2015) os procedimentos de análise dos dados envolvem dois aspectos: a descrição e a interpretação. A descrição é uma forma de apresentar as opiniões dos informantes, “como se os dados falassem por si próprios” A interpretação deve acontecer após a descrição e visa construir “sentidos das falas e das ações para chegar a uma

compreensão ou explicação que vão além do descrito.

A entrevista ocorreu dia 12 novembro de 2020, a entrevistada é surda desde de quando nasceu mora no Guanhães em Minas Gerais, ela contou uma história da vida dela que sofreu bullying da escola e teve as barreiras por causa da comunicação, porém estudou na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), mas não sabia muito em Libras e usava gestual como criando vários sinais naturais. Por falta de oportunidades, e com quase dez anos de escolaridade, só aprendeu a copiar palavras, textos e números, apesar de ter direito a uma educação que atenda à sua especificidade linguística, como indicam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), a Lei 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e o Decreto 5.626/2005 (BRASIL,

2005). Se observa que a surda desde o seu ingresso nessa escola (2017), não teve suporte e nenhuma ajuda, uma vez que sem ter se apropriado da língua de sinais, a sinalização da intérprete é vazia de significados.

Diante disto se percebe que os direitos humanos foram negados a essa sujeita surda: primeiramente pela família e, depois, pelo Estado, representado pela escola, visto que condições de interação e aprendizagem foram “prejudicadas pelo não compartilhamento de uma língua comum” (ADJUTO, 2001, p. 25). Portanto, a incompatibilidade linguística entre esse sujeito surdo, sua família, comunidade e escola prejudicou não apenas a interação e aquisição de conhecimentos, mas sobretudo o processo de formação identitária do sujeito enquanto surdo, uma vez que a língua de sinais é, ao mes-

mo tempo, o elemento estruturador da personalidade surda e o material semiótico que constrói a cognição, como sustenta Adjuto (2001, p. 25).

Ela frequentou várias escolas, a procura de intérpretes e não tinha amigos para se comunicar e todos são ouvintes como inclusiva uns dias depois, um surdo ensinou a Libras, passou muitas informações dos conhecimentos e aprendizados. Como se sabe, o intérprete não é o professor particular do surdo. Ele é o profissional responsável que se “apresenta [não só] como a pessoa fluente em Língua de Sinais e em Língua Portuguesa e emerge do mundo dos ouvintes para dar atenção à pessoa surda nos diversos ambientes” (MARQUES & OLIVEIRA, 2009, p. 398)

Por um tempo depois, ela estudou muito e se esforçava para passar de ano até se formar,

pois lutou muito e na época ela sofreu bastantes e agora em 2020, ela desenvolveu muito e fluentes em Libras. Portanto, ela utiliza alguns sinais naturais próprio do campo, porém é possível coletar, então, agora já é casada e mãe de dois filhos.

Diante disso, é preciso enfatizar que essa é a única opção que se tem. No caso do nosso sujeito, por exemplo, morador de zona rural, como possibilitar que ele frequente uma escola bilíngue se elas ainda são poucas pelo Brasil e se todas elas estão na área urbana? Sem essa possibilidade, será preciso pensar no melhor trabalho possível a ser realizado por uma escola regular inclusiva.

## DISCUSSÃO

Embora muitos defendam o caminho da inclusão, é preciso considera “que as pesso-

as surdas possuem uma identidade linguística e cultural que as diferencia dos demais chamados portadores de necessidades educacionais especiais” (REBOUÇAS & AZEVEDO, 2011, p. 179) e que eles necessitam, portanto, de escolas bilíngues que priorizem a LS como a língua de suporte para a aprendizagem das demais disciplinas e a língua portuguesa escrita como a segunda língua, além de uma série de outras modificações.

Entende-se que diante da entrevista aqui apresentada contribuiu para a formação cidadã, do “indivíduo para a vida e suas adversidades”; para o desenvolvimento de “uma cultura política do grupo” e, portanto, para a constituição de “um sentimento de identidade com uma determinada comunidade” (GOHN, 2010, p.21). Conhecimentos, portanto, que foram sendo construí-

dos na convivência com aqueles que compõem o grupo de pertencimento.

## CONCLUSÃO

As comunidades surdas continuaram lutando em busca do reconhecimento de sua língua e pelo respeito à sua cultura e identidade, defendendo uma proposta de educação bilíngue, que garantisse a inserção dos surdos na sociedade. Tais estudos certamente influenciariam as ações educacionais inclusivas. A elaboração de leis e decretos é reflexo dos estudos científicos e do fortalecimento das comunidades surdas no Brasil e no mundo.

Ao término desta pesquisa, aquilo que, de início, era apenas uma inquietação, hoje se transforma num resultado positivo e no desejo de contribuição

frente à responsabilidade social do Estado perante não somente ao sujeito pesquisado, mas também em relação a diversos outros nas mesmas condições, tendo em vista a necessidade de se apostar em uma ação mais vultosa, como a sala-núcleo especial para surdos na nossa comunidade.

Portanto, espero que este artigo seja uma motivação e um recurso de consulta para os profissionais que observam ao redor e, confrontados com realidades como a vivida pela entrevistada surda, sintam-se capazes de se deixarem transformar para modificar a realidade de quem, em virtude de circunstâncias tão adversas, são impedidas de fazê-lo por conta própria.

## REFERÊNCIAS

ADJUTO, E. F. O papel desempenhado pela língua brasileira de

sinais na produção escrita de alunos surdos. 2001. 118 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNICAMP, 2001. Disponível em: Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Decreto 5626/2005 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) >. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Constituição 1988.

Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 26 nov. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em: [portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br). Acesso em 18 set. 2015.

BOUVET, D. The path to language: bilingual education for deaf children, Cleveland: Multilingual Matters, 1990.

CICCONE, Marta. Comunicação total: introdução, estratégia, a pessoa surda. Rio de Janeiro: Cultura Médica. 1990.

COELHO, Orquídea; CABRAL, Eduardo; GOMES, Maria do Céu. Formação de surdos: ao en-

contro da legitimidade perdida. Educação, Sociedade e Culturas, Porto, n.22, p.153- 181. 2004.

CORAÍNI, Gustavo Adolfo Mesquita Serva. A utilização de tecnologia na formação de professores: o programa de educação continuada PEC: um estudo de caso. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação).

DORON, Roland; PAROT, Françoise. Dicionário de Psicologia. São Paulo: Ática, 2001.

FELIPE, Tânia Amara. A função do intérprete na escola e na escolarização do surdo. In: Congresso Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões – Seminário Nacional do Ines, 8; Congresso Internacional do Ines, 2, 2003, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Ines. p.87- 98. 2003.

124.

CESSER, Audrei. LIBRAS? que língua é essa? Crenças e pre-conceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 79-108.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

GUARESCHI, Neuza. Políticas de Identidade: Novos Enfoques e Novos Desafios Para a Psicologia Social. *Psicologia e Sociedade*, 12, (1/2), jan./dez.2002, pp. 110-

MACHADO, Paulo Cesar. A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

MAHEIRIE, Kátia. Agenor no Mundo: um Estudo Psicossocial da Identidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

MARQUES, Rodrigo Rosso; OLIVEIRA, Janine Soares de. O fenômeno de ser intérprete. In: QUADROS, Ronice Müller de, STUMPF, Marianne Rossi. (Org.) Estudos Surdos IV. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009. p. 394-406.

MOORES, D. *Educating the deaf, psychology, principles and practice*. Boston: Houghton Mifflin Co. 1978.

- PADDEN, Carol The deaf community and the culture of deaf people. In: Wilcox, Sherman (Ed.). American deaf culture: an anthology. Burtonsville: Lindtok Press, 1989.
- PEIXOTO, Renata Castelo. Algumas considerações sobre a interface entre a língua brasileira de sinais (Libras) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. Cad. Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, p. 205-229, maio/agosto 2006. Disponível em: Acesso em: 25 nov. 2020.
- PERLIN, Gladis T. T. Identidade Surda. In Skliar, C. (org.). A Surdez: um Olhar Sobre as Diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998, pp. 51-72.
- QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- QUADROS, R. M. de. Bilíngüismo. In. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 46.
- QUADROS, Ronice Müller de. Aquisição das línguas de sinais. In: QUADROS, Ronice Müller de, STUMPF, Marianne Rossi (Org.). Estudos Surdos IV. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009. p. 142-168.
- REBOUÇAS, Larissa Silva; AZEVEDO, Omar Barbosa. A centralidade da língua para os surdos: pelos espaços de convivência e uso da Libras. In: SÁ, Nídia Regina Limeira. (Org.). Surdos: qual escola? Manaus, Valer e Edua, 2011. p. 169-182.
- QUADROS, Ronice Müller de.



- RODRIGUES, A; SILVA, A., A. Reflexões sociolinguísticas sobre a libras (Língua Brasileira de Sinais). ESTUDOS LINGUÍSTICOS, São Paulo, 46 (2): p. 686-698, 2017.
- SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlem Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS: caminhos para a prática pedagógica. MEC, SEESP. 2004. v. 1: il. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos surdos).
- SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC. 2008. SILVA, Tomaz Tadeu. O que é, afinal, estudos culturais? Belo Horizonte: Autêntica. 1999.
- SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998b. p. 7-32.
- SEGALA, R. R.; BERNIERI, R. A perspectiva social na emergência das Línguas de Sinais: A noção de comunidade de fala e idioleto segundo o modelo teórico Laboviano. In: QUADROS, R.M.; STUMPF, M.R. (orgs.). Estudos Surdos IV. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2009.
- SILVA, Tomaz. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis:

Vozes, 2000.

UNESCO, Declaração de Salamanca 1994. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

VYGOTSKY, Liev Semiónovitch. A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.